

EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA EM MATO GROSSO (2003 A 2011)

Edmar Augusto Vieira¹

ET CA/SP/SEPLAN nº 02/2013

INTRODUÇÃO

Esta nota objetiva analisar a evolução da extrema pobreza em Mato Grosso, no período 2003 a 2011, utilizando dois critérios. O primeiro critério é aquele do programa “Brasil sem miséria”, que considera em extrema pobreza as pessoas cuja renda domiciliar *per capita* seja inferior a R\$70,00 mensais². O segundo critério é o do Ipea (instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que adota linhas de pobreza diferenciadas por macrorregião, região metropolitana e situação do domicílio (rural e urbana), alegando diferenças geográficas de consumo e de custos de vida³. Em média, a linha de extrema pobreza (LEP) do Ipea tem valor um pouco superior à do Brasil sem miséria. Para ambos os critérios a fonte de dados é a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente (exceto em anos de Censo) pelo IBGE⁴.

A tabela a seguir apresenta um comparativo das linhas de extrema pobreza do Ipeadata e do Brasil sem miséria. Para 2011, a LEP do Brasil sem miséria seria de R\$ 75,11. Pelo Ipeadata, os valores seriam R\$93,23 (zona urbana) e R\$81,86 (zona rural), ambos específicos da região Centro-Oeste.

Tabela 1 - Linhas de extrema pobreza (LEP): Ipeadata e Brasil sem miséria

Ano	IPEADATA ¹		Brasil sem miséria ²
	Urbana	Rural	
2003	62,28	54,69	49,82
2004	65,92	57,88	52,78
2005	69,35	60,89	55,42
2006	71,28	62,59	57,01
2007	74,74	65,62	59,81
2008	80,08	70,32	64,02
2009	83,54	73,35	66,87
2010	87,21	76,58	70,00
2011 ²	93,23	81,86	75,11

¹ Mestre em Economia/UFMT e Gestor Governamental pela SEPLAN/MT. Email: edmarvieira@seplan.mt.gov.br.

² A Linha de extrema pobreza (LEP) foi fixada em R\$ 70,00 pelo decreto federal nº 7492, de junho de 2011. Entretanto, esse valor foi aplicado aos dados do Censo de 2010 (com alguns critérios adicionais para minimizar distorções provenientes das declarações de renda). Por essa razão, tomamos a referência 2010 como base. A correção monetária foi aplicada para não deixar dúvidas sobre o comportamento do indicador de extrema pobreza no período de análise.

³ Esclareça-se que o IPEA não possui uma linha de pobreza institucional. No entanto, seu site divulga longas séries estatísticas (desde 1981, caso dos Estados e Distrito Federal) sobre pobreza e extrema pobreza, com base em linhas de pobreza específicas, definidas regionalmente. Ver www.ipeadata.gov.br (tema “renda”, variável taxa de pobreza).

⁴ A Pnad de 2011 é a última disponível e encerra um ciclo de pesquisas desse tipo. A partir de 2012 o IBGE adotará novos procedimentos em seus levantamentos domiciliares.

Notas:

- (1) Linhas de extrema pobreza (LEP) para a região Centro-oeste. A LEP 2011 para Ipeadata foi obtida pelo autor pela correção monetária (INPC/IBGE) do valor vigente em 2009, uma vez que até a conclusão deste estudo o Ipea não havia efetuado seus cálculos para 2010 e 2011;
- (2) Valores obtidos por correção monetária do valor fixado para 2010 (R\$70,00).

EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA EM MATO GROSSO

A tabela 2 mostra a evolução da extrema pobreza em Mato Grosso, entre 2003 e 2011. Pode-se verificar que a extrema pobreza diminuiu fortemente no período 2003-2011, em ambos os critérios. Pelo critério Brasil sem miséria, a evolução foi de 6,31% para 1,62%, (queda de 74,3%); pelo critério Ipeadata, de 8,26% para 2,10% (queda de 74,6%). Observa-se que a extrema pobreza aumentou nos períodos de crise (2005 e 2009).

Tabela 2 - Evolução da extrema pobreza em Mato Grosso, 2003 a 2011

Ano	População em extrema pobreza (%) (LEP Brasil sem miséria)	População em extrema pobreza (%) (LEP IPEADATA)
2003	6,31	8,26
2004	4,53	4,72
2005	4,85	5,63
2006	4,25	4,87
2007	3,69	4,31
2008	3,46	3,91
2009	4,00	4,28
2011	1,62	2,10

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da Pnad/ IBGE

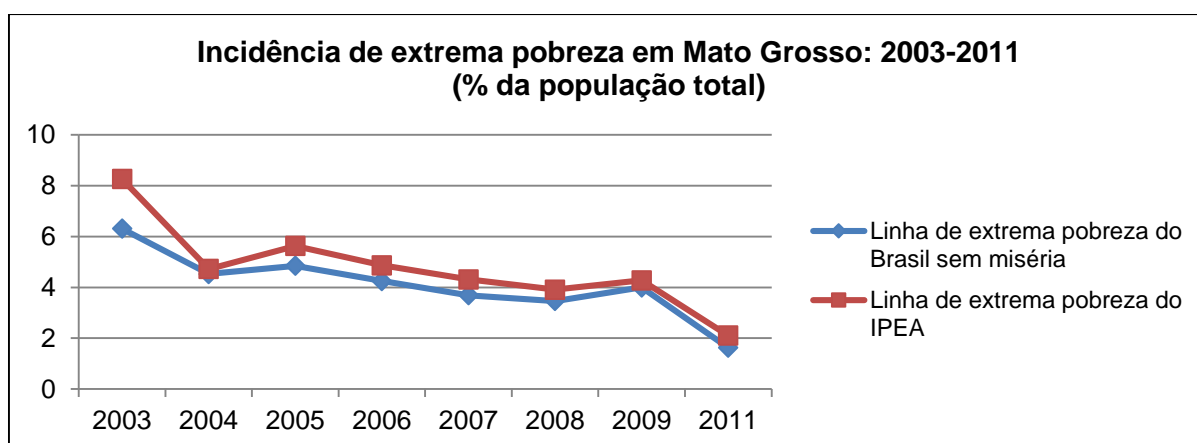


Figura 1 - Incidência de extrema pobreza em Mato Grosso – 2003 a 2011, conforme as linhas de extrema pobreza (LEP) utilizadas.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos microdados da Pnad/IBGE.

Nota: o IPEA não divulgou o valor da linha de extrema pobreza de 2011. O valor aqui utilizado foi obtido pela correção monetária (INPC/IBGE) do valor vigente em 2009.

COMPARABILIDADE REGIONAL (1): CRITÉRIO BRASIL SEM MISÉRIA

Os índices de extrema pobreza de Mato Grosso (1,63%) estão entre mais baixos do Brasil (figura 2), ao lado de Santa Catarina (1,5%), São Paulo (1,61%), Paraná (1,63%) e Mato Grosso do Sul (1,84%). Pode-se verificar que os Estados do Centro-Oeste estão bem próximos do Centro-Sul, em termos de extrema pobreza.

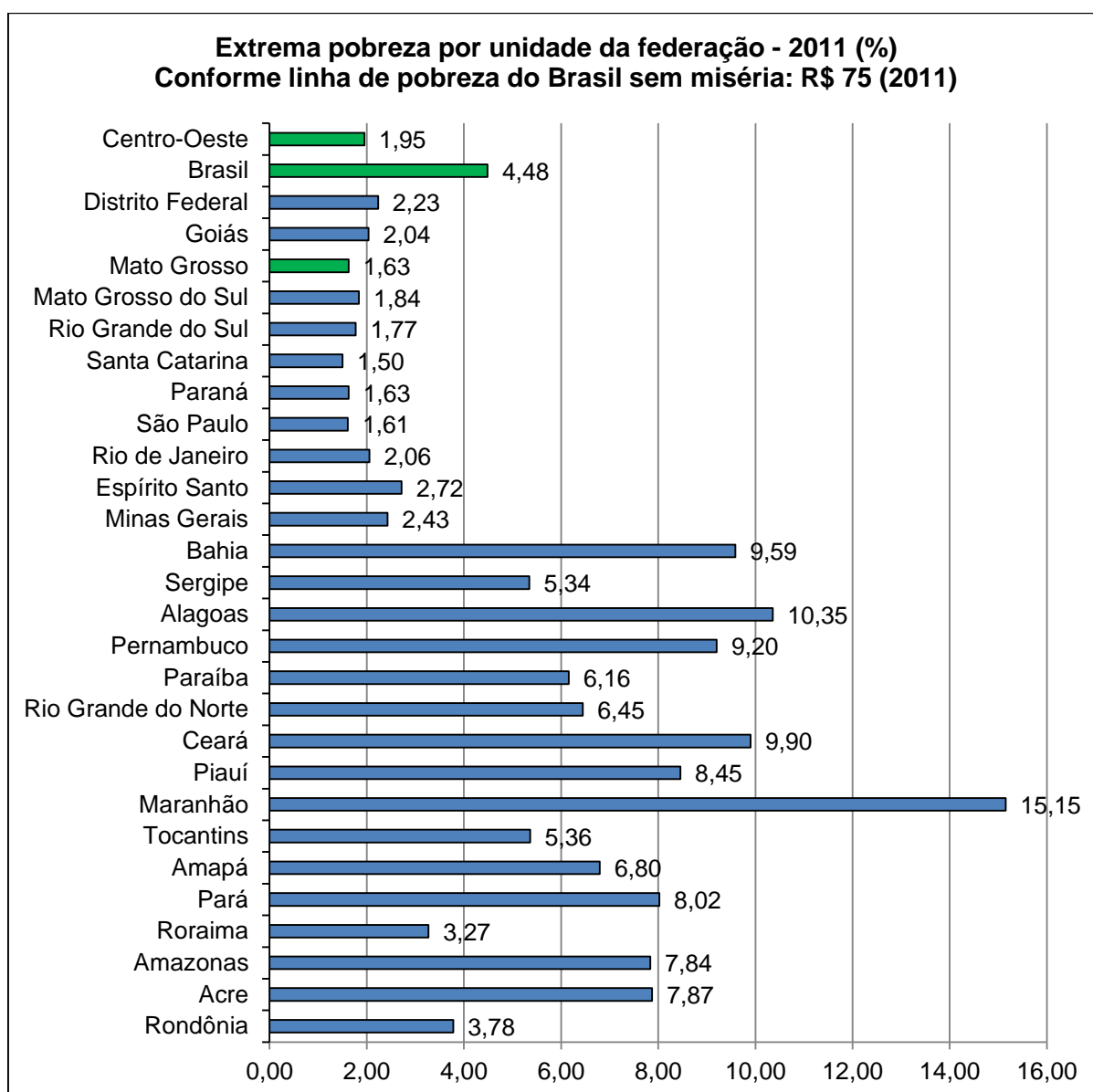


Figura 2 – Incidência de extrema pobreza – Unidades federativa, 2011 (%)

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad/IBGE.

COMPARABILIDADE REGIONAL (2): CRITÉRIO IPEADATA

Pelo critério do Ipeadata *Mato Grosso foi o Estado com maior redução proporcional da extrema pobreza no período 2003 a 2011*, conforme tabela e gráfico a seguir. Também por este critério, Mato Grosso está entre os estados com menor incidência de extrema pobreza.

Tabela 3 - Incidência de extrema pobreza por unidades da federação: 2003, 2011 e variação proporcional na incidência de extrema pobreza entre 2003 e 2011.

Unidade da federação	2003 (%)	2011 (%)	Var 2003-2011 (%)	Rank var 2003-2011
Mato Grosso	8,3	2,1	-74,2	1
Distrito Federal	10,9	3,1	-72,0	2
Paraná	8,5	2,6	-69,6	3
Goiás	8,2	2,5	-68,8	4
Mato Grosso do Sul	6,4	2,3	-64,9	5
São Paulo	7,3	2,6	-63,7	6
Minas Gerais	8,5	3,1	-63,4	7
Piauí	36,8	14,2	-61,4	8
Sergipe	25,2	9,8	-61,1	9
Roraima	16,3	6,4	-60,5	10
Espírito Santo	7,8	3,1	-60,4	11
Paraíba	27,2	11,2	-58,9	12
Tocantins	21,7	9,2	-57,8	13
Pernambuco	32,8	14,0	-57,3	14
Alagoas	37,8	16,6	-56,1	15
Rio Grande do Sul	8,3	3,9	-53,4	16
Bahia	30,6	14,4	-53,1	17
Rio de Janeiro	7,6	3,6	-52,6	18
Rio Grande do Norte	24,5	12,3	-50,0	19
Amapá	23,0	11,7	-49,3	20
Ceará	28,3	15,0	-46,9	21
Rondônia	11,3	6,4	-43,1	22
Santa Catarina	4,0	2,3	-42,5	23
Maranhão	35,7	21,5	-39,9	24
Acre	21,8	13,2	-39,4	25
Amazonas	21,1	13,4	-36,5	26
Pará	19,7	14,1	-28,3	27

Fonte: Ipeadata; elaboração própria para 2011.

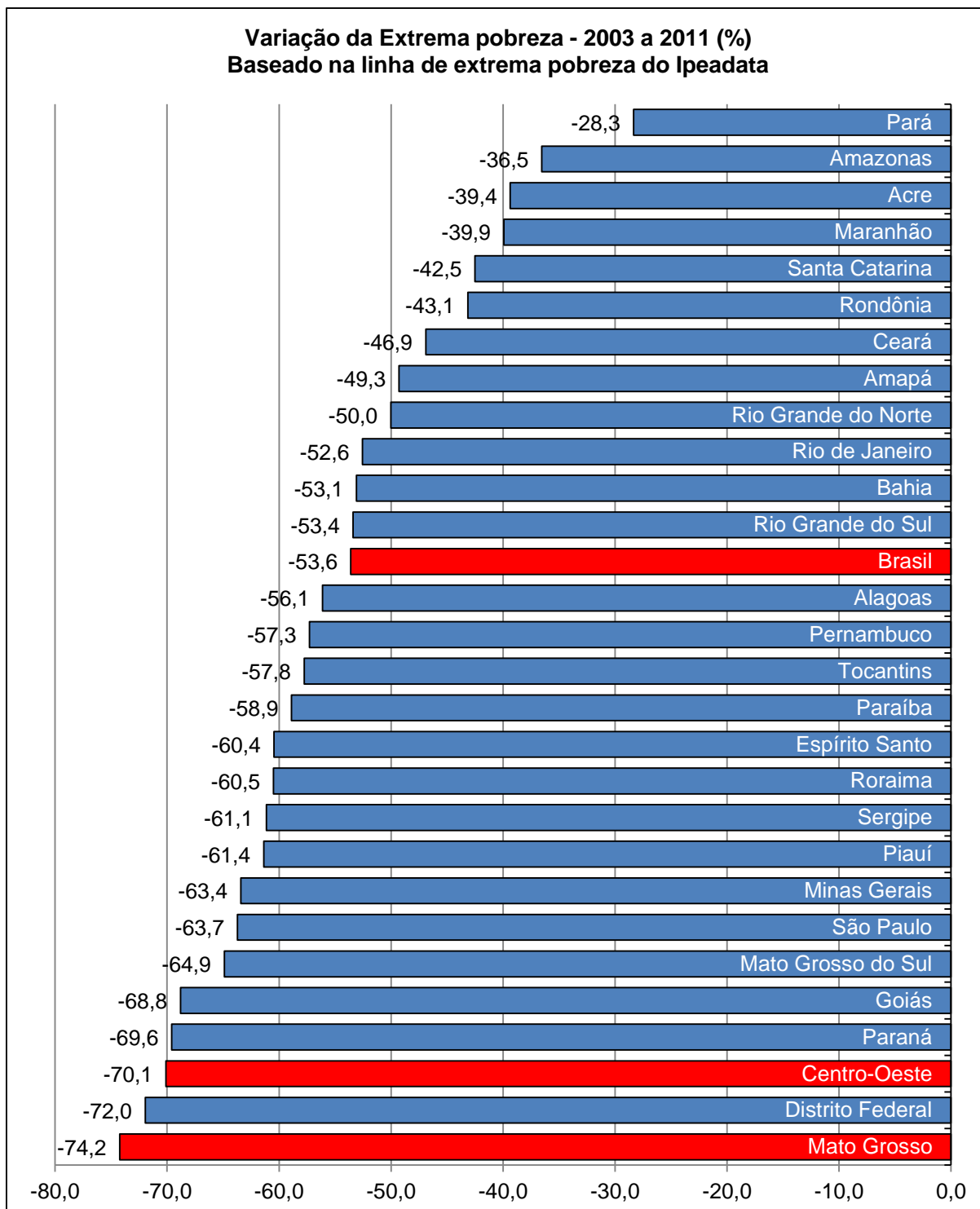


Figura 3 – Variação da incidência de extrema pobreza – Brasil, Centro-Oeste e unidades federativas, 2003 a 2011 (%).

Fonte: IPEADATA; para 2011, elaboração própria a partir da Pnad/IBGE. Nota: para a LEP de 2011 adotou-se a LEP de 2009 corrigida pelo INPC/IBGE.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A extrema pobreza atingiu níveis praticamente residuais em Mato Grosso, a julgar pelos dados da Pnad. Trata-se de um fato notável. A sustentabilidade desse resultado depende da conjuntura econômica, do mercado de trabalho e do alcance das políticas de garantia de renda, dentre outras.

Sugerimos ampliar o foco em matéria de enfrentamento da pobreza, assumindo-se linhas de pobreza um pouco mais elevadas. Alguns estados e municípios já adotam linhas de pobreza mais elevadas, para efeito de complementação de renda e outras políticas de erradicação da pobreza. A ampliação do público elegível permitiria alcançar um contingente de pessoas que, embora fora da extrema pobreza pelo critério atual, tem alta probabilidade de voltar à extrema pobreza em condições econômicas adversas.

O volume de recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da pobreza (mais de R\$ 100 milhões para 2013) é bastante para iniciativas mais ambiciosas por parte do governo estadual. É preciso, porém, regulamentar a Lei Complementar estadual nº 144 (Fundo estadual de combate e erradicação da pobreza), a fim de assegurar uso mais eficaz dos recursos. A regulamentação do fundo é uma oportunidade para alinhar as aplicações de recursos com as mais recentes orientações no que se refere ao enfrentamento da pobreza (inclusão produtiva, garantia de renda e acesso aos serviços públicos).

Outro aspecto relativo ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da pobreza diz respeito a sua vinculação institucional. Inicialmente o Fundo foi vinculado à Casa Civil; posteriormente, à Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS). Ocorre que a SETAS é um órgão setorial com atribuições específicas em matéria de enfrentamento da pobreza (especialmente no campo da assistência social). O escopo abrangente e multissetorial de ações de enfrentamento à pobreza recomendaria outro arranjo institucional. No Ceará, por exemplo, o Fundo é vinculado à Secretaria de Planejamento, que recebe, seleciona, monitora e presta constas dos projetos submetidos ao Fundo. E tais projetos são executados nos diversos órgãos setoriais, além de municípios e terceiro setor.

Por fim, sugere-se a reativação/ operacionalização dos instrumentos de gestão criados no âmbito do Mato Grosso Sem miséria (Comitê Gestor, Secretaria Executiva, Câmaras Técnicas).